

BACHARELADO EM TEOLOGIA

MARIA NAS IGREJAS

Uma Leitura Ecumênica da Mariologia do Vaticano II

Carlos Eduardo Garcia Pedroso

São Paulo

2017

FACULDADE DE SÃO BENTO
BACHARELADO EM TEOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MARIA NAS IGREJAS

Uma Leitura Ecumênica da Mariologia do Vaticano II

Monografia apresentada como exigência para
obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Ir. Rita Lemos

São Paulo

2017

Carlos Eduardo Garcia Pedroso

MARIA NAS IGREJAS

Uma Leitura Ecumênica da Mariologia do Vaticano II

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade de São Bento do Mosteiro de São Bento de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Ir. Rita Lemos

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 23/11/2017, pela banca examinadora:

Prof^a Dra. Rita Lemos

Prof. Dr.Fr. Márcio Alexandre Couto, OP

Prof. João Luiz Palata Viola

Dedico este trabalho a todos aqueles de boa vontade em promover o diálogo e o respeito entre os cristãos, em particular aos que buscam na Bem-Aventurada Virgem Maria, um viés que nos une em seu Filho Jesus Cristo.

Minha singela homenagem à Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe e discípula de Jesus Cristo, que num ato materno gerou em teu ventre a salvação e que sempre nos ajuda na peregrinação em conformar a nossa vida à vida de seu Filho Jesus Cristo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele.

A Maria, que como mãe e discípula nos ajuda nesta peregrinação terrena em seguir cada vez mais o teu filho Jesus.

A Ordem dos Clérigos Regulares *Padres Teatinos*, que pela devoção mariana, me ajuda e me ensina em ligar minha vida à Cruz de Cristo.

Aos meus confrades: Ir. Blener,CR e Ir. Lucas,CR, que pelo testemunho fraterno, me ajudaram nesta jornada de estudos e conclusão deste trabalho.

Aos professores da Faculdade de São Bento que, muito me ensinaram e se dedicaram para minha formação durante o curso de Teologia. Em particular, ao Prof. Pe. Júlio Caprani e a Prof^a. Dra. Ir. Rita Lemos, que com paciência e disponibilidade me acompanharam neste trabalho de conclusão de curso.

A todos os meus amigos, que sempre me apoiaram e incentivaram nesta jornada de estudos acadêmicos.

A minha família, que sempre estão intercedendo a Deus pela minha vocação.

“Evitem com cuidado, nas palavras e atitudes, tudo o que possa induzir em erro acerca da autêntica doutrina da Igreja os irmãos separados ou quaisquer outros. E os fiéis lembrem-se de que a verdadeira devoção não consiste numa emoção estéril e passageira, mas nasce da fé, que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus e nos incita a amar filialmente a nossa mãe e a imitar as suas virtudes”.

Constituição Dogmática *Lumen Gentium* nº67.

RESUMO

Ao trazer à luz os textos dos Evangelhos sobre a Mãe de Jesus, o Concílio Vaticano II traça um perfil dinâmico de Maria. afirma que na Anunciação ela não é um instrumento meramente passivo, mas cooperou para a salvação humana com livre fé e obediência. A síntese bíblica acerca de Maria no Novo Testamento ressalta a união entre Mãe e Filho, desde a concepção virginal até a morte de Cruz. Maria na anunciação, pelo Espírito se torna Mãe de Deus no Filho, através do seguimento fiel de Jesus Cristo, Maria se torna, discípula, evangélica e crente e peregrina na fé. Por fim, em pentecostes mais uma vez através do Espírito, Maria se torna mãe da Igreja, ao se fazer presente na comunidade reunida. O princípio mariano convida-nos em sermos transparência de Cristo e mostra que a santidade do Evangelho vivido conjuntamente é o caminho para a maior unidade entre as Igrejas. O apoio mútuo desperta uma força desconhecida, que ajuda em grande medida o anseio ecumênico. Nos muitos sofrimentos ocultos, vividos e oferecidos a Deus, numa sequela que tem como modelo Maria, o ecumenismo progride de maneira inimaginável. O princípio mariano é, em si mesmo, um princípio de unidade dentro da Igreja e entre as Igrejas.

Palavras chaves: Jesus Cristo, Maria, Igreja, Fé e Ecumenismo.

ABSTRACT

By highlighting the Gospel's texts about Mary, mother of Jesus, the Second Vatican Council traces a dynamic profile of Mary. It affirms that, on the Annunciation, she isn't a merely passive instrument, instead she cooperated for human salvation with free faith and obedience. The biblical synthesis about Mary in the New Testament highlights the union between mother and son, ever since the virginal conception until the death by the cross. On the Annunciation, Mary, by the Holy Spirit, becomes the Mother of God through her Son and, by faithfully following Jesus Christ, becomes disciple, evangelical, believer and a pilgrim about faith. At last, on the Pentecost through the Holy Spirit, Mary becomes the Church's mother, because it is in the cenacle that the Church truly is Born. Mary's Principle invites to be Christ transparency and shows that the Gospel's holiness lived as a whole is the way to a greater unity between Churches. The mutual support awakens an unknown force that helps a great deal the ecumenical anxiety. The ecumenism progresses in an unimaginable way when it comes to the hidden sufferings lived by and offered to God, Mary is a prime model. Mary's Principle itself is a principle of unity for both inside the Church and between Churches.

Key words: Jesus Christ, Mary, Church, Faith and Ecumenism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I – 1. MARIA NA SAGRADA ESCRITURA.....	13
1.1 Maria no Evangelho de Marcos	17
1.2 Maria no Evangelho de Mateus	18
1.3 Maria no Evangelho de Lucas.....	19
1.4 Maria em Atos dos Apóstolos.....	20
1.5 Maria no Evangelho de João.....	21
1.6 Maria no Apocalipse de São João.....	22
Capítulo II – 2. MARIA NA “LUMEN GENTIUM”	23
Capítulo III – 3. ABORDAGEM ECUMÊNICA DO CONCÍLIO VATICANO II	
.....	29
Capítulo IV - 4. MARIOLOGIA PÓS-CONCILIAR.....	33
4.1 Maria, nas Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano	39
4.2 O diálogo continua.....	40
4.3 Contribuição do Concílio para uma visão atual sobre Maria	41
4.4 Frutos do Concílio Vaticano II	42
4.5 Temas mariológico contemporâneos	44
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	50

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CELAM – *Conferência Episcopal Latino-Americano*

LG – *Lumen Gentium*

MC – *Marialis Cultus*

DV – *Dei Verbum*

DAp – *Documento de Aparecida*

SC – *Sacrosanctum Concilium*

UR – *Unitatis Redintegratio*

OT – *Optatam Totius*

INTRODUÇÃO

Maria, a mãe de Jesus, é aquela mulher que gerou em seu ventre o Cristo (theotókos), o enviado pelo Pai. Mas é também aquela que buscou conformar a sua vida, na vida do filho. Na anunciação, se torna mãe de Jesus na carne, contudo, sua alegria maior é em se tornar discípula e peregrina na fé, no fiel seguimento de Jesus Cristo. E em Pentecostes, se torna mãe da Igreja no momento em que o Espírito Santo sopra sobre aquela comunidade reunida no Senhor.

Refletir Maria no diálogo ecumênico, é um grande passo, pois, a mariologia continua exercendo sua missão em sempre apontar para a Cristologia. Maria não atrai a luz para si, pelo contrário, toda a sua luz advém do Cristo.

Sabemos que na história da cristandade, a reflexão mariana não foi assunto de união entre os cristãos, mas de desunião. Contudo, o espírito ecumênico dos últimos anos, vem aos poucos adentrando na vida dos cristãos, fazendo com que sejam impulsionados em promover o diálogo e o respeito, buscando muito mais o que nos une, do que aquilo que nos separa e causa na vida cristã as diversas divisões.

Depois do Concílio Vaticano II, a mariologia adquiriu um novo rosto, e a partir de então, é que foi possível passar da contraposição mais áspera e dura para o confronto franco e sem tensão.

O Concílio Vaticano II, com a decisão de pôr o capítulo sobre Maria dentro da Constituição Dogmática sobre a Igreja, acabou pondo em luz o princípio mariano que é um princípio vibrante no interior da missão da Igreja. Maria não é somente objeto de devoção, mas está ligada à formação da Igreja-comunidade, modelada segundo a vida da Trindade.

O primeiro capítulo, trará uma reflexão sóbria e madura da mariologia na Sagrada Escritura, que por sua vez, colaborou na nossa salvação com a sua obediência à vontade de Deus, a sua docilidade ao seguir sempre os seus designios, de Nazaré até Jerusalém, tornando a discípula fiel e peregrina da fé.

No segundo e terceiro capítulos, veremos que o Concílio Vaticano II, especificamente no capítulo oito da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, se preocupou em refletir acerca da Bem-Aventura Virgem Maria e do diálogo ecumênico. Aqui por sua vez, percebemos que o elemento mariano da Igreja é a presença esposal e materna de Maria, que confere uma unidade mariana no núcleo da Igreja celeste e terrena.

No quarto e último capítulo, veremos os caminhos e reflexões marianas que surgiram na Igreja após o Concílio Vaticano II, que por sua vez, mostra o avanço do diálogo entre todos os cristãos, e já podendo ver sinais de unidade entre os mesmos, pois, é perceptível uma mariologia pós-conciliar, onde as reflexões são ponderadas, buscando compreender que Maria, na completa dependência de Jesus, é associada amorosamente ao seu sacrifício para tornar-se nossa mãe. Com ela, unidos a Cristo, também nós entrevemos já a luz da ressurreição.

Portanto, o princípio mariano convida a ser transparência de Cristo e mostra que a santidade do Evangelho vivido conjuntamente é o caminho para a maior unidade entre as Igrejas. O princípio mariano é, em si mesmo, um princípio de unidade dentro da Igreja e entre as Igrejas, Maria é a primeira entre os fiéis, e indica a todos a meta da fé que conduz à salvação.

Capítulo I

MARIA NA SAGRADA ESCRITURA

Visto tratar-se de uma realidade teológica, a Mariologia católica deve ter na Bíblia sua fonte principal, pois somente a revelação bíblica poderá nos dar a verdadeira fisionomia da Mãe de Deus. Maria é parte da revelação e é somente sob essa luz que ela tem um sentido para o cristão, como objeto de sua fé e de sua espiritualidade. A fundamentação bíblica se torna ainda mais importante se quisermos ver Maria sob o prisma do ecumenismo. Diante de diversos escritos se percebe que a doutrina marial, de certa maneira, relegou a Escritura a um segundo plano servindo-se de textos que pouco tinham a ver com Maria e calando-se sobre aquelas passagens mais embaraçosas ou controvertidas. Em geral, nós católicos, lemos a Bíblia a partir do dogma, mais precisamente dos dogmas cristológicos e mariais de nossa Igreja. O protestante age de modo inverso: ele pergunta se o dogma está de acordo com a Escritura. Não é o dogma que ajuda a ler a Bíblia, mas o contrário. Também no que se refere ao emprego da tipologia, por exemplo, a identificação de Maria com a Igreja, a tradição protestante é mais reservada e só aceita esses recursos quando o texto bíblico os sugere explicitamente. Inúmeros autores abordam estas distintas e controvertidas leituras.

Em 1978, apareceu em Nova York, o livro “Maria no Novo Testamento”, uma obra substanciosa, lúcida e sem sectarismos, iniciada após o Concílio Vaticano II e produzida por especialistas, membros do diálogo ecumênico luterano-católico, patrocinado pela Igreja Luterana e pela Igreja católica nos Estados Unidos. O livro aborda também os estudos marianos tirando conclusões judiciosas, cautelosas e francas.¹

Nesta obra, “Maria no Novo Testamento”, o autor afirma:

No Novo Testamento e na literatura do século II, a mãe de Jesus não era representada de modo uniforme e, em alguns casos, nem sequer harmônico (por exemplo, as representações de Marcos e de Lucas, a de Tertuliano e a do Proto-Evangelho). Sendo possível rastrear algumas linhas de desenvolvimento que se faziam cada vez mais positivas em retratar Maria como discípula por excelência e como virgem. Essas linhas dominaram e foram muito ampliadas em séculos posteriores. Se hoje em dia as Igrejas não

¹ BROWN, R. E. *Maria no Novo Testamento*. Ed. Paulinas, São Paulo. 1985, p. 85.

concordam na sua apreciação de Maria, não é só porque chegaram a diferentes conclusões sobre a evolução da doutrina após o Novo Testamento, mas também porque elas dão ênfase diferente aos vários elementos do próprio Novo Testamento.²

É fato de que a Sagrada Escritura carece de informações acerca de Maria, no que se refere à questão histórica. Tomando-se o Novo Testamento como fonte teológica e histórica, muitos católicos ficarão frustrados ao saber que não há nele qualquer base histórica para a fé na Imaculada Conceição, na Assunção ou na Mediação de todas as graças.

O Proto-Evangelho de Tiago, bem como os evangelhos apócrifos, carecem de qualquer base histórica. Em Mateus, por exemplo, no relato da infância de Jesus, há quatro episódios que não podemos considerar como fatos históricos: a vinda dos Reis Magos, a fuga para o Egito, a matança dos Santos Inocentes e a volta do Egito para Nazaré. Trata-se aqui de reflexão teológica, a historização de uma passagem da Sagrada Escritura para ressaltar a mensagem. Assim também, a “revoada” de anjos anunciando aos pastores o nascimento de Jesus não seria outra coisa senão uma figura de linguagem para mostrar a predileção do Senhor pelos mais pobres de seu tempo.

Deste modo, a Igreja na Constituição Dogmática *Dei Verbum* (1965) sobre a Revelação Divina, recorda-nos que:

Deve o intérprete da Sagrada Escritura, para bem entender o que Deus nos quis transmitir, investigar atentamente o que os hagiógrafos de fato quiseram dar a entender e aprouve a Deus manifestar por suas palavras. Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem-se levar em conta, entre outras coisas, também os “gêneros literários”. Pois a verdade é apresentada e expressa de maneiras diferentes nos textos que são de vários modos históricos, ou proféticos ou poéticos, ou nos demais gêneros de expressão.³

Nos primeiros séculos, podemos perceber uma “historização” da Bíblia, onde se consistia em tomar um fato da Escritura, para trabalhar e embelezar a fim de sublinhar e proclamar uma verdade de fé. Assim, devemos desmitologizar, desvelar a mensagem profunda que se esconde sob a roupagem do mito e do símbolo.

² BROWN, R. E. *Maria no Novo Testamento*. Ed. Paulinas, São Paulo. p. 319.

³ *Constituição Dei Verbum*. In *Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1966. n.12.

Um tema curioso é a questão das relações pessoais entre Jesus e sua Mãe e os outros membros de sua família. Passagens como a do evangelista São Marcos (3, 20-21), “E voltou para casa. E de novo a multidão se apinhou, de tal modo que eles não podiam se alimentar. E quando os seus tomaram conhecimento disso, saíram para detê-lo, porque diziam: ‘Enlouqueceu!’”.

São Marcos (3, 31-35) no mesmo capítulo mais a frente, escreve:

Chegara então sua mãe e seus irmãos e, ficando do lado de fora, mandaram chama-lo. Havia uma multidão sentada em torno dele. Disseram-lhe: ‘Eis que tua mãe, teus irmãos e tuas irmãs estão lá fora e te procuram’. Ele perguntou: ‘Quem é minha mãe e meus irmãos?’ E, repassando com o olhar os que estavam sentados ao seu redor, disse: ‘Eis a minha mãe e os meus irmãos. Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe’.

Os poucos diálogos entre Jesus e Maria registrados nos Evangelhos nos dizem muito pouco. Vejamos, por exemplo, “*o diálogo no templo*” (Lc 2, 48-49), ou ainda em “*o diálogo nas Bodas de Caná*” (Jo 2,3-5), bem como as “*palavras de Jesus na cruz*” (Jo 19, 26-27). A exegese moderna é incisiva ao afirmar que esses diálogos não apresentam palavras realmente faladas. Quanto a João (19, 26-27), as palavras dirigidas a Maria e a João não se encontram nos outros evangelistas. Mais estranho ainda é o fato de os Sinóticos nomearem várias mulheres presentes aos pés da cruz, exceto Maria, Mãe de Jesus. Assim, as palavras de Jesus a Maria e ao discípulo amado não seriam apenas uma construção teológica de João?

Fazendo um estudo histórico-crítico dos Evangelhos, é grande a distância que separa a Maria real da Maria fictícia, ou seja, a Maria histórica e a Maria da devoção cristã tradicional. Esta Maria que a piedade cristã vem cultuando há séculos, dizem eles ser uma figura plástica, construída e reformulada segundo as necessidades da época. Enquanto que, a imagem de Maria dos Evangelhos é muito sóbria. Eis, portanto, a grande crítica que fazem a nós, católicos, que ultrapassamos os dados da Sagrada Escritura, e atribuímos muitos adjetivos à Mãe de Jesus.

Em resposta a essas objeções e dificuldades, deve-se dizer, em primeiro lugar, que o próprio Concílio Vaticano II, foi parcimonioso na citação de textos bíblicos de caráter mariológico, especialmente no que respeita ao Antigo Testamento. Pois percebe-se ali poucos textos mariológicos, como por exemplo em, (Pr 8, 1-36; Jt 15,9 e Eclo 24, 1-34), ainda encontramos textos de sentido mariológico discutível (Jr 31, 22; SL 45) e

aqueles certamente mariológico: Gn 3,14; Is 7,14 e Mq 5,25. No entanto, deve se observar que, no uso dos textos bíblicos, o mais importante não é o aspecto quantitativo, mas o conteúdo do dado revelado.

Embora respeitemos os textos mariológicos do Antigo Testamento, especialmente Gênesis, Isaías e Miquéias, vamos analisar apenas os textos do Novo Testamento que se constituem na única fonte escriturística direta com respeito à Maria histórica. Claro que, ao falar de Maria histórica, não estamos falando de biografia, mas de fatos associados à teologia, acontecimentos históricos ligados a uma interpretação de fé, enfim, a elaboração teológica da comunidade predomina sobre a história.

Aqui seria oportuno fazer uma referência à chamada história das formas, a fim de distinguir bem os três níveis: o histórico, o da tradição e o da redação (textual) ou nível da redação definitiva, bem como à história das fontes. Segundo o teólogo Mussner que escreve:

Nos evangelhos temos o nível definitivo da narração e não o nível dos acontecimentos históricos. Porém, o nível da redação é, ao mesmo tempo, o lugar da interpretação tanto das tradições como dos acontecimentos históricos através da pena dos evangelistas. Em outras palavras, nos Evangelhos sempre topamos primeiro com uma determinada imagem de Maria e não imediatamente com a figura histórica da Mãe de Jesus, o que acontece também com a tradição jesuânica. Isto exige que retornemos apalpando a partir do nível da narração definitiva até o nível histórico, o que muitas vezes, conduz a resultados apenas hipotéticos. No entanto, o nível histórico não dá lugar a nenhum fantasma, pois a Mãe de Jesus viveu realmente, sendo uma figura em carne e osso.⁴

Os evangelhos contêm as mais antigas tradições a respeito de Maria, Contudo, é o apóstolo Paulo quem faz uma citação profunda acerca de Maria. O apóstolo parece ignorar a pessoa de Maria, podemos perceber que ele não cita o teu nome, contudo, é ele que apresenta talvez o mais importante texto mariológico do Novo Testamento, quando diz: “Quando, porém, chegou a plenitude dos tempos, enviou Deus seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial” (Gl 4,4).

⁴ MUSSNER, F. *Pie Mutter Jesu im Neuen Testament*. Regensburg, Alemanha, 1984, pp.10 e 11 (tradução minha);

A expressão “nascido de uma mulher” é uma antiga formulação judaica típica que, no texto paulino, se refere a uma cristologia da encarnação, embora não contenha, em si, a ideia de nascimento virginal. Segundo o teólogo, Soli (1978, p. 09), escreve:

Nesse sentido, Gl 4,4 é dogmaticamente a afirmação mariológica mais importante do Novo Testamento, embora muitos teólogos do passado e de hoje ainda não tenham chegado à consciência do seu peso. Para o Apóstolo das Nações começa a ligação da mariologia com a cristologia através do testemunho da maternidade divina de Maria e através do início de uma visão histórico-salvífica do seu significado⁵.

Contudo, veremos em seguida o dado mariológico contido nos santos Evangelhos, veremos o que cada evangelista escreve acerca de Maria.

1.1 - Maria no Evangelho de Marcos

Ao comentar o capítulo três, J. Mckenzie afirma que “a presença de Maria com os irmãos de Jesus em Mc 3,21 e 3,31-35 não prova que ela partilhasse de seus sentimentos”.⁶

O evangelista Marcos, não traz em seus escritos nenhuma característica particular mariana. A imagem de Maria fica limitada a passagem de Mc 3,31-35, e ainda, este evangelista, não lhe faz referência direta/explicita, a não ser como aquela que faz parte do grupo dos familiares de Jesus, em que Maria desempenha a relação natural com Jesus. Por outro lado, este texto define que a família de Cristo é aquela que acredita nele e o segue.

O versículo 35 diz claramente quem forma a família escatológica de Jesus: irmão, irmã, mãe. Os versículos 31-34 apresentam aqueles que fazem a vontade de Deus, que é o requisito para pertencer à família escatológica. A intenção da passagem é definir a família escatológica e não excluir a família física. Marcos enquadra essa passagem numa sucessão de acontecimentos que pode determinar como ele interpreta a atitude de Jesus para com sua família.

⁵ SÓLI, G. Handbuck der Dogmengeschichte. Bd. III – 4: Marologie Freiburg i.Br. 1978, p.9. (Tradução minha)

⁶ MCKENZIE, J. Maria nas Igrejas, in. Concillium 188-1983/8, Ed. Vozes, Petrópolis RJ, 1983, pp. 22 e 23.

A cena em Nazaré (cf. Mc 6,1-6) apresenta dois pontos importantes: só o relato de Marcos chama Jesus de carpinteiro e a menção do pai de Jesus só falta na redação marcana. Seja quem fosse o carpinteiro – Jesus, seu pai, ou ambos – a questão é destacar as humildes origens de Jesus, contrastando com sua reputação de mestre e taumaturgos.

Com referência a omissão ao pai adotivo de Jesus (José), Marcos acentua os traços humanos de Jesus: exerceu o ofício de carpinteiro (cf Mc 6,3) e nasceu de uma mulher: “Filho de Maria” que como Paulo (cf. Gl 4,4) significa “nascido de Mulher”. Marcos é imparcial, pois nada afirma da fé de Maria, nem sobre seu compromisso de vida com Jesus e o Reino de Deus. Outro fato relevante é que tanto Marcos como Mateus e Lucas não inclui Maria, a mãe de Jesus, na cena da Cruz.

1.2 - Maria no Evangelho de Mateus

Mateus mostra claramente que Jesus, o Messias prometido, foi concebido pelo Espírito Santo, cumprindo-se a promessa do Senhor em Isaías 7,14, “Pois sabeis que o Senhor mesmo vos dará um sinal: Eis que a jovem está grávida e dará luz um filho e dar-lhe-á o nome de Emanuel”.

Nos relatos da infância, José é o personagem principal. Homem justo e bondoso, ele toma conta de Jesus e de sua mãe. Mateus diminui a oposição entre família biológica e a dos seguidores. Acrescenta em relação a Marcos os relatos de infância, como a referência à concepção virginal, sendo o protagonista José. A expressão “o Menino e sua Mãe” ocorre três vezes. Não apresenta atitudes de Maria. Faz a genealogia incluindo cinco mulheres.

Mateus inicia a sua narração evangélica com dois capítulos que se atém à concepção, nascimento e infância de Jesus. Só depois no capítulo terceiro se atém ao esquema marcano, no episódio do batismo de Jesus quando Deus afirma a filiação divina de Jesus. A teologia geral de Mateus é atenta à vida de sua comunidade num diálogo intenso com os judeus; uma comunidade mista, com base judaica, porém admitindo, cada vez mais, gentios convertidos.

A função de Maria no relato da infância é ser instrumento da ação divina no plano messiânico. Com esse fim se diz em Mt 1,16: “Maria da qual nasceu Jesus, a quem chamam de Cristo”. Em Mt 1,18 temos o começo da narração da concepção e nascimento de Jesus: “A origem de Jesus Cristo foi assim: Maria, sua mãe, comprometida em casamento com José, antes que coabitassem, achou-se grávida pelo Espírito Santo”. No

capítulo 1 e 2, sobre a genealogia de Jesus, Maria está em primeiro plano. Mateus segue o esquema de gerações até chegar em Maria passando por quatro mulheres Tamar, Raab, Rute e Betsabé. José é excluído da geração e (cf. Mt 1,18) é dito como se dá esta exclusão “antes de coabitarem”. As circunstâncias do matrimônio de Maria e José faz com que a situação conjugal de Maria evoque as quatro mulheres do Antigo Testamento.

Como já dissemos acima, é digna de nota a genealogia escrita por Mateus (1, 1-17). De maneira inédita, ele coloca mulheres entre os nomes masculinos. Ora, mulheres não costumam entrar em genealogias semitas. Ele nomeia cinco: Tamar; Raab e Rute; a mulher de Urias, o heteu, - Bate-Seba /Betsabéia; e Maria. Contudo, quatro delas, não são precisamente exemplos de santidade. A quinta mulher citada, Maria, faz o contraste com a fraqueza e o pecado de muitos daqueles ascendentes de Jesus. No alto da coluna está Maria. Cristo veio se encarnar em nossa humanidade feita de santos e pecadores. Cristo é bem de nossa raça. Sua compaixão pelos pecadores é herança, é cumplicidade, é sentimento de família. Através de Maria, Deus misturou-se com nossa miséria. Maria, mãe puríssima é a mãe de Deus. Por meio dela Deus desceu até nós. Por meio dela, em Cristo, subimos até Deus.

Da situação de cada uma serviu-se Deus para executar seu propósito messiânico. Maria concebe o próprio Messias, ao qual é filho de Davi em virtude do nome que impõe o “dravídico” José, mas em virtude da concepção por obra do Espírito Santo, o Messias é Emanuel: “Deus Conosco”. No plano salvífico de Deus, Maria tem a função de dar à luz ao Salvador do seu povo escolhido. Desse modo, na narração mateana, Maria aparece como instrumento da ação de Deus, mas nunca se faz referência às suas atitudes pessoais.

1.3 - Maria no Evangelho de Lucas

Lucas é quem mais dá atenção a Maria, em função da cristologia. A função cristológica para dizer que Jesus é maior que João Batista, aparece na Anunciação (cf. Lc 1,26-38) e na visitação (cf. Lc 1,39-45). A linguagem do anjo pós-pascal dirigida a Maria, mostra que a Virgem pertence à família escatológica porque foi a primeira a crer.

A grande chave para se compreender a mariologia do Evangelho de Lucas é ter Maria como a grande discípula, uma mulher que seguiu os passos do Mestre. Isso se comprova olhando os textos de Lucas. Em Lucas se aprende com Jesus no caminho (cf. Lc 5,10ss; 13,22). Este discipulado se aplica a Maria, a perfeita discípula e seguidora de

Jesus, pois, ela ouviu sua palavra, conservou-a em seu coração e dá frutos na perseverança (cf. Lc 8,15).

O Magnificat aprofunda o significado das palavras de Isabel. Na boca de Maria o Magnificat torna-se proclamação do Evangelho libertador diante do povo pobre e oprimido. O discipulado de Maria supõe que a fé seja provocada e comprovada. A espada não se refere às sete dores, mas significa o juízo de Deus a que Maria teve que se submeter como difícil processo de aprendizagem na fé, rompendo com as tradições familiares, para acolher a novidade de seu Filho.

Na visão lucana, a dignidade de Maria não se concentra na maternidade, mas em ouvir a Palavra de Deus. Assim, se possibilita algumas reflexões acerca de Maria, como por exemplo, a perfeita discípula, a peregrina na fé, um sinal da opção de Deus pelos pobres e relação com o Espírito Santo.

1.4 – Maria nos Atos dos Apóstolos

Os discípulos estavam recolhidos no Cenáculo em oração, juntos com Maria, a Mãe de Jesus (cf. At 1,14). Eles esperavam o Consolador; Aquele que traria os dons e a força necessária para executarem a imensa obra que tinham diante de si.

Chegando o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados. Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo, que se repartiram e repousaram sobre cada um deles. Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. (At.2,1-4)

Desde o início, Maria exerce o seu papel de 'Mãe da Igreja', a sua ação favorece o entendimento entre os Apóstolos. Maria exerce a sua maternidade para com a comunidade dos crentes, não só orando a fim de obter para a Igreja os dons do Espírito Santo necessários para a sua formação e o seu futuro, mas educando os discípulos do Senhor para a constante comunhão com Deus. Ela torna-se deste modo, educadora do povo cristão para a oração, para o encontro com Deus, elemento central e indispensável para que a obra dos Pastores e dos fiéis tenha sempre no Senhor o seu início e a sua motivação profunda.

1.5 - Maria no Evangelho de João

Maria é símbolo dos que esperam a salvação. Ela é designada a mãe de Jesus (cf. Jo 2,1). Duas cenas são marcantes: As bodas em Caná e ao pé da Cruz.

Sobre as bodas em Caná é mister afirmar que ela revela de onde vem Jesus. É um momento decisivo de Jesus e de seus discípulos. A mãe de Jesus, nas Bodas, representa todos os presentes que querem celebrar a união de Deus com a humanidade. Neste evangelho, Maria é apresentada como protótipo dos que anseiam pela salvação escatológica. Os discípulos creram e por meio deles outros chegarão à fé, por isso estão entre os transmissores da salvação.

Ao pé da cruz a entrega de Maria ao discípulo amado, coincide com a mariologia de Lucas, pois neste gesto Maria é convocada a tornar-se discípula como o discípulo amado, para depois ser mãe da Igreja. Não interessa, primeiramente a João “o como” da encarnação de Jesus. A mãe de Jesus se submete à “hora da glorificação” e aí é remetida ao testemunho do discípulo. O sentido simbólico da mãe de Jesus coincide com os dados de Lucas: é mulher de fé, mas passa pelo testemunho do discipulado, antes de ser mãe.

Na mariologia joanina, pode-se notar algumas atitudes acerca de Maria, ao que ela estimula os discípulos a realizarem a vontade de Jesus; leva-os a crerem em Jesus; pede a Jesus o sinal; reúne a comunidade em torno Dele; junto à cruz, persevera na fé e assume a missão de mãe da comunidade. Sendo assim, fica claro que Maria aceitou, sim, ser a mãe de Jesus, mas sua entrega total foi mesmo sendo discípula fiel de Jesus Cristo.

1.6 - Maria no Apocalipse de São João

Quanto ao Apocalipse, também escrito por São João, teve origem num período de perseguição contra a Igreja nascente. Trata-se de uma obra de circunstância, escrita com a finalidade de reanimar os cristãos e devolver-lhes a esperança. Retoma os grandes temas proféticos do passado, especialmente aquele do “grande dia” de Javé (Am 5,18). Os capítulos 12-14 falam da luta do dragão e do Cordeiro, combinando os elementos de duas visões distintas: o combate do mesmo contra a Mulher e sua descendência e o combate do Arcanjo Miguel. Isto é bem ilustrativo no capítulo 12:

Um sinal grandioso apareceu no céu: uma mulher vestida de sol, tendo a lua sob os pés e sobre a cabeça uma coroa de doze estrelas; estava grávida e

gritava, entre as dores do parto, atormentada para dar à luz. Apareceu então outro sinal no céu: um grande dragão, cor de fogo, com sete cabeças e dez chifres e sobre a cabeça sete diademas; sua cauda arrastava um terço das estrelas do céu, lançando-as para a terra. O Dragão postou-se diante da Mulher que estava para dar à luz, a fim de lhe devorar o filho, tão logo nascesse (Ap 12,1-4).

Von Balthasar descreve: “é na flor mais sublime de Israel, na essência de toda a sua fé, que tem lugar o nascimento do menino, que, como afirma o salmo, ‘irá reger as nações com cetro de ferro’, ou seja, que recebe de Deus o poder absoluto sobre a Criação”.⁷

É importante deixar claro, que o texto de Apocalipse 12, está se referindo em primeiro lugar, à comunidade dos seguidores de Jesus. Traz uma mensagem de esperança, onde descreve que mesmo diante das dificuldades, Deus caminha e está conosco, fazendo com que o poder destruidor do Mal pereça, e desta luta, sairemos vencedores. Contudo, Murad descreve: “Esse texto também pode ser aplicado a Maria, pelo fato de ela ser a mãe do Messias e mãe do Povo de Deus”.⁸

Em suma, a reflexão acerca da mariologia que até aqui foi se debruçando sob a Sagrada Escritura, isto é, apresentar Maria à luz da Palavra de Deus, foi o caminho traçado pelo Concílio Vaticano II. Este Concílio ao voltar as fontes bíblicas, buscou refletir, estudar e, sobretudo, dialogar. Isto é o que veremos...

⁷ BALTHASAR, Hans Urs von, *Maria para hoje*. Trad. Ney Vasconcelos de Carvalho. São Paulo: Paulus, 2016. P. 05.

⁸ MURAD, Afonso Tadeu. *Maria Toda de Deus e tão humana*, Compêndio de Mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012. p.110.

Capítulo II

MARIA NA CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA SOBRE A IGREJA *LUMEN GENTIUM*

No prefácio do capítulo oitavo da *Lumen Gentium* lemos a passagem bíblica “quando, porém, chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a Lei, para resgatar os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial” Gl 4,4-5. O texto lembra que o mistério divino da Encarnação se revela e perpetua na Igreja que o Senhor constituiu como seu corpo.

Desta riqueza conciliar que é a *Lumen Gentium*, destacaremos apenas o capítulo VIII em seus cinco artigos.

Após o primeiro artigo, que traz a citação da carta de Paulo aos Gálatas, o artigo II mostra a missão de Maria na Economia da Salvação, afirmando que, tanto em Gênesis 3,15 como em Isaías 7,14, já se tem um esboço da figura da mãe do Messias que haveria de nascer. Na anunciação do Senhor ela foi chamada “cheia de graça” (cf. Lc 1, 26-38), recebeu e aceitou livremente o convite de Deus para ser a mãe do Salvador e assim, serva fiel, servir ao mistério da redenção.

Ao falar de Maria na Anunciação, o documento diz: “Quis, porém, o Pai das misericórdias que a encarnação fosse precedida pela aceitação daquela que era predestinada a ser Mãe de seu Filho, para que assim como a mulher contribuiu para a morte, a mulher também contribuísse para a vida...”⁹ Este texto mostra-nos como a redenção preventiva de Maria bem como sua imunidade de qualquer pecado estão simplesmente a serviço da redenção. A Imaculada Conceição não é um enfeite, mas um brilhante engastado na coroa da Virgem, uma preparação imediata para o seu múnus salvífico em relação aos homens, pois logo em seguida afirma: “Dotada desde o primeiro instante de sua concepção dos esplendores de uma santidade inteiramente singular, a Virgem de Nazaré é por ordem de Deus saudada pelo Anjo anunciador como ‘cheia de graça’ (cf. Lc 1,28)”.

⁹CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968, n. 56.

Sobre isto, Baraúna descreve:

A abertura completa para o mistério da redenção operada por Cristo é também o motivo mais profundo da maternidade virginal. Em virtude desta prerrogativa Maria é subtraída pela graça de Deus de qualquer afeto terreno e carnal que possa colidir com a ideologia salvífica de sua vida. Neste contexto, o Concílio afirma, sim, a virgindade corporal perpétua de Maria, que sempre foi considerada um dado de fé, mas sem descer a pormenores de ordem fisiológica e insistindo prevalentemente no sentido e na dimensão espiritual desta virgindade. Ela é uma conotação necessária da Maternidade, desde que esta não seja tomada no seu sentido puramente físico, mas na sua verdadeira natureza, ordenada intrinsecamente à salvação dos homens. Maria não é “Mãe e Virgem”, mas é “Mãe virgem”, “Mãe virginal”. A maternidade divina é, certamente, de ordem física, mas é, antes de tudo, “uma concepção no coração pela fé”.¹⁰

O artigo III da Constituição dogmática traz a reflexão acerca da “Bem-Aventurada Virgem Maria”. Mostra que Maria é a serva do senhor, na obra da redenção e da santificação. A partir da passagem bíblica de 1Tim 2, 5-6, “Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu para todos...”, explica que Jesus Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens e Maria de modo algum diminuiu esta mediação única de seu Filho.

Maria, de modo inteiramente singular, nos ensina a obediência, nos dá um autêntico testemunho de fé, nos enche de esperança e inflama em nós a caridade. Está claro que não podemos, nem queremos pôr Maria no centro das atenções, posto que Cristo é o Centro, que somente ele é centralidade de nossa vida, contudo, é fato afirmar que a criatura mais próxima do Centro, é, sem dúvida alguma, a sua mãe Maria. A Bem-Aventurada Virgem, a Mãe de Deus, “cooperou na obra do Salvador para a restauração da vida sobrenatural das almas. Por esse motivo ela se tornou ela se tornou para nós mãe na ordem da graça”.¹¹

O artigo IV da Constituição intitulado “O Culto da Bem-Aventurada Virgem na Igreja”, faz refletir que tudo o que podemos afirmar e atribuir à Virgem Maria, afim de

¹⁰ BARAÚNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1965, p. 1167.

¹¹ CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. In *Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1968, p. 61.

honrá-la, será sempre inferior à grande honra que ela recebeu do próprio Deus, pois, o único ser que pôde escolher quem seria a sua mãe foi Ele.

Segundo a Sagrada Tradição, percebe-se que Maria é venerada como Mãe de Deus, os fiéis aprenderam a invoca-la e dedicar-lhe um culto especialíssimo, embora essencialmente diferente do culto de adoração que prestamos unicamente a Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

O Concílio estimula a promoção do legítimo culto a Maria e exorta os teólogos a que mantenham um sadio equilíbrio, abstendo-se, seja do falso exagero, seja da demasiada estreiteza de espírito. Admoesta que sob a direção do Magistério, cultivem-se os estudos da Sagrada Escritura, dos Santos Padres e Doutores e da liturgia, para ilustrar os privilégios da Virgem. A verdadeira devoção não consiste no afeto estéril e transitório nem na vã credulidade, mas procede da fé verdadeira.

O artigo V, e último, da Constituição dogmática, é intitulado “Maria, Sinal da Esperança Segura e do Conforto ao Peregrinante Povo de Deus”. Maria, é glorificada no céu, onde prefigura a futura glorificação da Igreja. Os Padres conciliares manifestam sua alegria pelo fato de que entre os irmãos separados, especialmente entre os orientais, não faltam aqueles que prestam um culto fervoroso à Mãe de Jesus. E o texto termina pedindo aos fiéis cristãos que invoquem Maria a fim de que, intercedendo junto a seu Filho, se torne realidade a união de todos os povos na paz e na concórdia, no único povo de Deus, para a glória da Santíssima e indivisa Trindade.

O Concílio Vaticano II, apesar de alas opostas, buscou evitar a impressão de que Maria é uma peça solta e isolada no divino “concerto” da criação e da graça, impressão que um certo tipo de Mariologia viera criando ultimamente e não se conseguiu dissipar, sobretudo no diálogo com nossos irmãos cristãos não-católicos. Como em tantos outros pontos, também aqui o Concílio Vaticano II estava à procura de uma visão harmoniosa, orgânica e, quanto possível, total, dos mistérios da fé. Para o caso presente, isto significava pôr em relevo a inserção orgânica da pessoa e da missão de Maria nos desígnios salvíficos de Deus.

O teólogo Baraúna descreve:

A perspectiva que permite enquadrar Maria e a sua missão na *historie salutis*, sem em nada atentar contra a soberania de Deus e do Verbo Encarnado, e ao mesmo tempo sem excluí-la do seio da humanidade indigente de redenção, “parceira” daquele diálogo e da aliança infável entre Deus e os homens, que

teve início no paraíso, alcançou o seu ponto alto na encarnação do Verbo e na missão do Espírito Santo, e atingirá a sua consumação definitiva com a Parusia, quando o Filho entregar o Reino ao Pai, ‘o próprio Filho se submeterá aquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos’ (1Cor 15,28).¹²

É perceptível ver que o Concílio Vaticano II não quis dar um resumo da imensa coletânea de práticas devocionais ou dos mais variados títulos que a piedade cristã dedicou a Maria. Não visaram listar opiniões e sentenças de teólogos e fiéis, mas expor as verdades que todos devem aceitar. Em resumo, não se tratava de mostrar aquilo que se pensa na Igreja, mas aquilo que é ensinado pela Igreja, sem maximalismos, isto é, o Concílio Vaticano II buscou a verdadeira fé, aquilo que devemos anunciar aos homens.

A mariologia apresentada neste documento do Magistério se estrutura a partir de dois grandes enfoques: cristológico e eclesiológico. Tal afirmação, é perceptível, visto que o próprio título do capítulo oitavo é: “Maria no mistério de Cristo e da Igreja”.

Clodovis Boff aborda alguns enfoques de caráter transversal de Maria no Capítulo VIII da *Lumen Gentium* que aqui poderemos ver cada um dos mesmos. O primeiro enfoque apontado é o de “histórico-Salvífico”. Ele afirma: “Procura situar Maria no horizonte maior da História da Salvação, evitando o isolamento dogmático do tratado de mariologia, dando-lhe, ao invés disso, uma impoção fortemente ‘econômica’, mais especificamente, soteriológica”.¹³

O segundo enfoque é bíblico, aqui, por sua vez, ele afirma que: “A sagrada Escritura é a fonte principal do capítulo oitavo. No Antigo Testamento leem-se prefigurações de Maria. Citam-se todos os textos mariológicos do Novo Testamento...”¹⁴

O terceiro enfoque apresentado é “antropológico”. Desde, por sua vez, ele destaca: “...o lado humano de Maria, Maria como mulher livre, pessoa consciente e responsável, que cooperou ativamente no projeto do Filho, como se vê pelo comentário conciliar da Anunciação. O Concílio Vaticano II sublinha, além disso, que Ela também viveu na penumbra da não visão: ‘avançou em peregrinação de fé’”.¹⁵

No quarto e último enfoque, ele apresenta o enfoque pastoral, “o interesse maior do Concílio foi renovar a vida de fé e não criar novos dogmas. Por isso, sua preocupação

¹² BARAÚNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1965, p. 1159.

¹³ BOFF Clodovis. *Introdução à Mariologia*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 119.

¹⁴ *Ibidem*. p. 190.

¹⁵ *Ibidem*. p. 120.

central foi ‘cristocentrar’ fortemente a devoção popular mariana, especialmente na questão da ‘mediação’ de Maria”¹⁶.

O capítulo oitavo, examina o papel da bem-aventurada Virgem Maria “...daquela que na Santa Igreja ocupa o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós”¹⁷

Com linguagem objetiva, a teóloga Kathleen Coyle descreve: “O Concílio supriu cinco importantes cabeçalhos para o texto da *Lumen Gentium*, ‘O papel da bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja. Devido à sublime dádiva da graça, ela supera de longe todas as outras criaturas; entretanto está unida a todos os seres humanos”¹⁸. O segundo cabeçalho: “O papel da bem-aventurada Virgem na economia da salvação. As Escrituras apresentam-na avançando em sua peregrinação de fé e perseverando lealmente em união com seu filho até a cruz”.¹⁹ O terceiro cabeçalho é a “bem-aventurada Virgem e a Igreja. Maria foi eternamente predestinada a ser a Mãe de Deus”.²⁰ O quarto cabeçalho apresentado é acerca da “devoção à bem-aventurada Virgem Maria na Igreja. Práticas e exercícios de devoção a ela devem ser tidos em estima”.²¹ E por último cita: “Maria, sinal de esperança e consolo para o povo de Deus em peregrinação”.²²

O Concílio Vaticano II pôs em luz que o princípio mariano é um princípio vibrante no interior da missão da Igreja. Maria não é somente objeto de devoção, mas está ligada à formação da Igreja-comunidade, modelada segundo a vida da Trindade. Brendan Leahy descreve:

Ao sintetizar os principais temas da Tradição sobre a relação entre Maria e a Igreja, o Concílio faz referências às diferenças na relação de Maria com as pessoas da Trindade (LG, nn. 52-53): “Mãe do Filho, por isso [...] filha do Pai e templo do Espírito Santo”, n. 65. Mas a obra de Maria, como ‘companheira’ do novo Adão, é toda ordenada para além dela, para a obra trinitária de salvação: tornar os homens, seus irmãos, filhos do Pai no Espírito

¹⁶ Ibidem. p. 120.

¹⁷ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968, n. 54.

¹⁸ COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulus, 2015. p. 46.

¹⁹ Ibidem, p. 46.

²⁰ Ibidem, p. 46.

²¹ Ibidem, p. 47.

²² Ibidem, p. 47.

Santo que lhes é dado, e assim formar uma comunidade fundada na vida trinitária.²³

Em suma, é possível dizer que Maria é a criatura muito próxima da Trindade, pois ela se entregou totalmente a Deus, se deixou ser envolvida pelo Espírito, gerou na carne, Jesus Cristo, contudo, também é a criatura mais próxima da humanidade.

Como visto, Maria não é o cerne da fé em Deus; o centro é Cristo, contudo, ela se fez presente durante toda a sua vida, ao lado do “centro”. A espiritualidade íntima de Maria está centrada no seu sim transparente a Deus, e é esse o elemento comum a todos os crentes. Maria é para os cristãos, um caminho para o ecumenismo.

A Virgem Maria, objeto privilegiado da complacência de Deus, obra-prima da redenção que o Pai operou pelo Filho no Espírito Santo, eis a perspectiva fundamental e o ponto de convergência de todo o Capítulo VIII da Constituição *Lumen Gentium*. O princípio mariano é, em si mesmo, um princípio de unidade dentro da Igreja e entre as Igrejas, veremos este aspecto mais claramente no próximo capítulo, acerca das perspectivas ecumênicas do capítulo oitavo da *Lumen Gentium*.

²³ LEAHY, Brendan. *O Princípio Mariano na Igreja*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Cidade Nova, 2005, p. 42.

Capítulo III

A MARIOLOGIA ECUMÊNICA DO CONCÍLIO VATICANO II

No campo mariológico, o Concílio Vaticano II aplicou a linha programática que está na base do movimento ecumênico, “*Veritatem facientes in caritate*” (Ef 4,15), isto é, viver na verdade e no amor.

Todas as normas estão praticamente condensadas no número onze do Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o Ecumenismo, o qual chega até a lembrar que, comparando-se as doutrinas, existe na doutrina católica uma ordem ou “hierarquia” de verdades, já que o anexo delas com o fundamento da fé cristã é diverso (cf. UR n. 11). O documento dá um grande passo em favor ecumenismo, onde exorta:

Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior. É que os anseios de unidade nascem e amadurecem a partir da renovação da mente, da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade. Por isso, devemos implorar do Espírito divino a graça da sincera abnegação, humildade e mansidão em servir, e da fraterna generosidade para com os outros. Portanto - diz o Apóstolo das gentes - eu, prisioneiro no Senhor, vos rogo que vivais de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com paciência, suportando-vos uns aos outros em caridade, e esforçando-vos solícitamente por conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz (Ef. 4, 1-3). Esta exortação visa sobretudo aqueles que foram elevados à sagrada Ordem na intenção de que seja continuada a missão de Cristo, que entre nós ‘não esteve para ser servido, mas para servir’ (Mt. 20,28).²⁴

Assim, é à luz desses princípios que devem ser julgadas as opções feitas pelos padres conciliares durante a elaboração do esquema sobre Maria. Mesmo consciente de que o papel de Maria na obra da salvação constitui um ponto de discordância no diálogo com nossos irmãos evangélicos, o Concílio Vaticano II proclama com clareza os dados da fé com respeito à Mãe de Jesus. O texto conciliar, do capítulo oitavo da *Lumen Gentium* sublinha a contribuição ativa e responsável de Maria na redenção (cf. n. 52), os privilégios marianos (cf. n. 63), inclusive os dogmas da Imaculada (cf. n. 57) e da Assunção (cf. n. 68), a intervenção materna da Virgem na ordem da graça até a coroação

²⁴ CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Unitatis Redintegratio*. In: Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968, n. 07.

de todos os eleitos (cf. n. 65) e a legitimidade do culto mariano de veneração, amor, oração e imitação (cf. n.69). O diálogo ecumênico deve levar em conta a caridade fraterna, a compreensão e os direitos do outro, sem, contudo, esquecer os direitos da verdade.

Na perspectiva ecumênica, a inserção de um capítulo todo mariano na Constituição da *Lumen Gentium*, sobre a Igreja foi uma iniciativa providencial. Como descreve o Cardeal Bea:

A inserção de Maria no quadro do mistério de Cristo e da Igreja tem a vantagem de mostrar, sem tantas palavras, o papel centralíssimo que compete à Virgem na obra da salvação, mas colocando também em plena luz a posição única e exclusiva de Cristo e a completa subordinação de Maria a Cristo, o único mediador.²⁵

É importante ressaltar que os objetivos do Concílio Vaticano II, acerca da teologia mariana, era retomar as riquezas da tradição bíblica. Além também de olhar com cuidado para a patrística primitiva, buscando trazer para uma reflexão madura acerca de Maria, ela não pode mais permanecer no lugar que não é seu por direito. Maria, sem dúvida alguma está presente na história da salvação. Negar Maria, é negar Jesus, e falar de Maria, não é simplesmente falar de si, mas isto é um “fruto”, pois, “falar de Maria, é antes de mais nada, falar da Igreja, de Jesus e de Deus”.²⁶

Não se pode deixar de falar, que estavam presentes no Concílio Vaticano II duas correntes teológicas, as quais são chamadas: maximalismo e os minimalismo. A corrente teológica que primava pelo maximalismo mariano, via no Concílio Vaticano II uma oportunidade para a proclamação de um quinto dogma mariano através do título de corredentora. E a minimalista, ligada à teologia renovada “tendia a preocupar-se mais em purificar abusos ou deturpações na devoção mariana que pudessem prejudicar a ação pastoral da Igreja e o diálogo ecumênico”.²⁷

A figura de Maria na *Lumen Gentium*, é de alguma forma o fruto do diálogo entre essas duas perspectivas. Por Maria não ser independente de Cristo e da Igreja, mas ser também membro da Igreja (cf. LG 53), e vai ser neste sentido, que o “Concílio opta

²⁵ BEA, A. “*Accord de la doctrine et de lá piété mariales avec L’esprit oecuménique*”, in: Maria (Du Manoir) t. VII, Paris Beauchesne, 1964, p.11. (Tradução minha).

²⁶ BOFF, Clodovis. *Introdução à Mariologia*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 13.

²⁷ Laurentin, Koehler E Outros. *Nossa Senhora na Lumen Gentium*. São Paulo: Paulinas, 1969. p. 11.

não por um documento próprio a respeito da mariologia, mas a desenvolve como parte da Constituição Dogmática sobre a Igreja”.²⁸

Lendo e estudando a história e seu desenvolvimento teológico acerca da mariologia nos deparamos com uma Maria, de certa maneira “privatizada”, agora, porém, após o Concílio Vaticano II, percebe-se uma mariologia mais equilibrada, uma mariologia à luz da cristologia, uma mariologia a serviço da cristologia. O Concílio afirma que “Maria é exaltada pela graça de Deus acima de todos os anjos e todos os homens, logo abaixo do seu Filho” (LG 66) e por isso a Igreja “a honra com um culto especial” (LG 66), que difere do culto de adoração prestado à Santíssima Trindade (cf. LG 66). O Concílio afirma também que os pregadores e teólogos abstenham-se tanto de um reducionismo a respeito de Maria (cf. LG 67), como também de exageros que possam, de alguma forma, colocar em dúvida ou ofuscar a centralidade de Cristo (cf. LG 67). A teologia mariana presente no capítulo oitavo da *Lumen Gentium*, vem justamente para fazer-nos compreender corretamente o lugar de Maria na História da Salvação, ela não é simplesmente um mero detalhe, muito menos é o “motor gerador”, contudo, ela é o grande central da grande graça, é “obra-prima”, da graça infinita.

Tendo muito cuidado e buscando o diálogo ecumênico, o Concílio não proclama nenhum novo dogma mariano, nem mesmo utiliza o discutido termo de corredentora²⁹, mas em compensação, afirma profundamente, nas suas entrelinhas, o núcleo central do termo em questão, frisando que Maria cooperou de forma singular na salvação do mundo, por sua fé, esperança e caridade, gerando Cristo, alimentando-o e o seguindo-o até a cruz, tornando-se mãe da Igreja na ordem da graça (cf. LG n. 61); no mistério da comunhão dos santos, intercede pelos homens, em uma mediação que não concorre nem ofusca a mediação de Cristo, mas antes a promove, porque é subordinada a Ele (cf. LG n. 62). Aqui, cabe ressaltar, que Maria só é Mãe de Deus, porque seu Filho é Deus, que ela só é Árvore da Vida, porque Jesus, é Fruto verdadeiro.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* afirma que Maria é considerada figura da Igreja, sendo ao mesmo tempo virgem e mãe (cf. LG n. 63-64). O documento enfatiza ainda as virtudes de Maria (cf. LG 65), sendo ela, modelo para todos os discípulos de Cristo. Assim, Maria é estabelecida pelo Concílio na sua relação com a Igreja como figura, modelo de mãe.

²⁸ Ibidem. p. 27-32.

²⁹ Cf. BOFF, Clodovis. *Introdução à Mariologia*. p. 123-125.

Neste mesmo sentido, Murad esclarece “A colaboração de Maria, em hipótese alguma pode ser colocada no mesmo patamar, ou seja, no mesmo nível que seu Filho e de sua missão”³⁰, ela não é a salvação em si, Jesus não é fruto dela, mas sim ela que é fruto dele. Diante da missão de Jesus, recebida pelo Pai, é que Maria, também recebe a missão de ser colaboradora na missão de Jesus. O Concílio Vaticano II recomenda um culto à Maria, evitando tantos os exageros quanto a demasiada estreiteza de espírito. A verdadeira devoção a Maria não consiste num estéril e transitório afeto, nem numa vã credulidade, mas no reconhecimento da figura de Maria e no seguimento de suas virtudes (cf. LG n. 67).

Portanto, podemos afirmar que o Concílio Vaticano II deixou uma grande herança mariológica, pela qual buscou com cuidado e diante de muitas reflexões maduras, tirar um pouco do endeusamento acerca de Maria, mas agora, como uma mulher, serva, crente, discípula e peregrina na fé.

Conforme a mariologia ecumênica do Concílio Vaticano II, Maria, é colocada ao lado da criação e não do Criador, favorecendo assim, o diálogo ecumênico acerca da teologia marial, diálogo esse que se constrói desde o Concílio, como veremos no próximo capítulo.

³⁰ MURAD, Afonso. *Maria, Toda de Deus e tão humana*, Compêndio de Mariologia. São Paulo: Paulinas/Santuário, 2012. p. 21.

Capítulo IV

A MARIOLOGIA PÓS-CONCILIAR

É mister afirmar que por mais abertura que tivessem mostrado os Padres Conciliares na busca da unidade e por mais sensibilidade que tivessem tido com respeito a posições divergentes, o documento *Lumen Gentium* não conseguiu agradar a todos

A exegese bíblica abre novas fronteiras à mariologia. Não poucos textos do Antigo Testamento e, sobretudo, as páginas neotestamentárias de Lucas e de Mateus sobre a infância de Jesus e as perícopes joaninas constituíram objeto de um estudo contínuo. E aprofundado que, mediante os resultados conseguidos, reforçou a base da Sagrada Escritura acerca da mariologia e enriqueceu-a consideravelmente do ponto de vista temático.

Para Baum a Virgem na formação tanto intelectual quanto espiritual contribuiu no debate pós-conciliar. Ele diz:

No campo da Teologia Dogmática, a mariologia contribuiu, no debate pós-conciliar, para uma ilustração mais idônea dos dogmas: chamada em causa nas discussões sobre o pecado original (dogma da Imaculada Conceição), sobre a Encarnação do Verbo (dogma da concepção virginal de Cristo, dogma da maternidade divina), sobre a graça e a liberdade (doutrina da cooperação de Maria na obra da salvação), sobre o destino último do homem (dogma da Assunção), ela teve que estudar criticamente as circunstâncias históricas nas quais aqueles dogmas foram definidos, a linguagem em que foram formulados, compreende-los à luz das aquisições da exegese bíblica, de um conhecimento mais rigoroso da Tradição, das interpelações das ciências humanas e rejeitar enfim as contestações sem fundamento.³¹

Se perguntarmos se o Concílio Vaticano II trouxe um progresso ao estudo da mariologia, respondemos negativamente se consideramos apenas o aspecto quantitativo. O Concílio não trouxe nenhuma doutrina nova nem definiu novos dogmas, como muitos esperavam. Contudo, ele trouxe para a mariologia um progresso especificamente qualitativo, na medida em que aprofundou verdades já conhecidas e até definidas, seja

³¹ BAUM, W. *A Virgem Maria na Formação Intelectual e Espiritual*, in. SEDOC. Vol. 21, jan./fev. 1989, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, p. 438, nº 11 e 12.

inserindo-as em doutrinas mais centrais, seja buscando suas raízes na Bíblia, no ensinamento dos Padres e na Liturgia. O que importa para os tempos de hoje não é propriamente repetir a doutrina tradicional, mas enuncia-la de uma forma que satisfaça às necessidades do momento. Além disso, o Concílio teve ainda duas outras grandes preocupações: a ecumênica, procurando facilitar aos irmãos separados a compreensão da doutrina católica e a preocupação do respeito absoluto às diversas escolas e correntes teológicas, deixando-lhes as portas abertas para ulteriores estudos e aprofundamento.

É notável os estudos mariológicos, organizados pela Pontifícia Academia Mariana Internacional, datados de 1967. Dentre os inúmeros congressos, está a busca de sistematizar os estudos mariológicos, desde as origens até o século XX. Isto, sem falar da iniciativa de Conferências Episcopais e documentos da Sé Apostólica, notadamente *Marialis Cultus*, de Paulo VI e posteriormente, *Redemptoris Mater*, de João Paulo II.

Não temos a pretensão de analisar a Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, um documento cuja riqueza e profundidade merecem uma tese à parte. Contudo, seria oportuno focalizar a segunda parte do documento, mais especificamente o segundo ponto que tratou de, “Algumas orientações, de ordem bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica, para o culto à Virgem Maria”. Lemos na *Marialis Cultus*:

Em virtude do seu caráter eclesial, no culto à Virgem Maria refletem-se as preocupações da própria Igreja, entre as quais, nos nossos dias, se salienta o anseio pela recomposição da unidade dos cristãos. A piedade para com a Mãe do Senhor torna-se, deste modo, sensível aos anelos e aos escopos do Movimento ecumênico, quer dizer, adquire também ela um caráter ecumênico. E isso, por vários motivos.³²

: Logo em seguida, Paulo VI faz uma descrição dos avanços ecumênicos acerca da devoção a bem-aventurada Virgem Maria:

Antes de mais nada, porque os fiéis católicos se unem aos irmãos das Igrejas ortodoxas, nas quais a devoção à bem-aventurada Virgem Maria se reveste de formas de elevado lirismo e de doutrina profunda, ao venerar, com particular amor, a "Theotókos", e ao aclamá-la como "Esperança dos cristãos"; (62) se unem aos Anglicanos, cujos teólogos clássicos já

³² PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, n. 32.

colocavam em evidência a sólida base escriturística do culto a Mãe de Nosso Senhor, e cujos teólogos contemporâneos frisam ainda mais a importância do lugar que Maria ocupa na vida cristã; se unem, enfim, aos irmãos das Igrejas da reforma, entre os quais floresce vigorosamente o amor pelas Sagradas Escrituras, que os leva a glorificarem a Deus com as próprias palavras da Virgem (cf. Lc 1,46-55).³³

Paulo VI cita trechos de alguns documentos do Concílio Vaticano II lembrando aos católicos que, no culto a Maria, sejam cuidadosamente evitados quaisquer exageros ou espírito maximalista que possam induzir em erro ou afastando os nossos irmãos cristãos não-católicos. Sem desconhecer as discordâncias no que se refere ao culto marial, o Papa pede que a mesma força divina que realizou a encarnação do Verbo faça com que a veneração da Virgem não seja obstáculo, mas caminho e ponto de encontro para a união de todos os que acreditam em Cristo. Lembra ainda que, assim como nas bodas em Caná, Jesus, a pedido de Maria, adiantou a sua “hora”, operando o primeiro de seus milagres, assim também, hoje, ela poderá fazer com que os discípulos de Cristo reencontrem a plena comunhão na fé (cf. MC n. 33).

A Exortação Apostólica convida a atualizar o culto à Virgem atento às ciências humanas:

No culto à Santíssima Virgem devem ser tidas em atenta consideração também as aquisições seguras e comprovadas das ciências humanas; isso concorrerá, efetivamente, para que seja eliminada uma das causas de perturbação que se nota nesse mesmo campo do culto à Mãe do Senhor; quer dizer, aquele desconcerto entre certos dados deste culto e as hodiernas concepções antropológicas e a realidade psicossociológica, profundamente mudada, em que os homens do nosso tempo vivem e operam.³⁴

Seria embaraçoso enquadrar a figura de Maria a partir de uma certa literatura devocional nos dias de hoje, em que a mulher tem conquistado direitos e responsabilidades novos no campo político, social e cultural.

Ao falar dos valores universais e permanentes do culto mariano, o Papa acena para a mudança de concepções antropológicas e, a partir do Evangelho, coloca Maria

³³ PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, n. 32.

³⁴ *Ibidem*. n. 34.

como modelo da condição feminina. Assim, na Anunciação nós nos deparamos com a jovem humilde, serva do Senhor, a quem dá o seu “Sim” responsável e personalizante. O abandono à vontade do Senhor, longe de ser a postura de uma mulher passivamente submissa ou de religiosidade alienante, deu-lhe força para afirmar que Deus é vingador dos humildes e oprimidos e derruba os poderosos de seus tronos. São traços da verdadeira imagem de Maria, de acordo com os anseios e as aspirações mais profundas dos homens e mulheres de nosso tempo.

Paulo VI, na segunda parte de sua Exortação, após apontar alguns aspectos errôneos do culto de Nossa Senhora, insiste que:

A finalidade última do culto à bem-aventurada Virgem Maria é glorificar a Deus e levar os cristãos a se aplicarem a uma vida absolutamente conforme a sua vontade. Na verdade, quando os filhos da Igreja, juntando as suas vozes à da mulher anônima do Evangelho, enaltecem a Mãe de Jesus, exclamando ao próprio Jesus, “Bendito o ventre que te trouxe e os seios que te amamentaram” (Lc 11,27), são levados a considerar a grave resposta do divino Mestre: “Benditos antes os que ouvem a palavra de Deus e a praticam (Lc 11,28).³⁵

Esta resposta, se de um lado redundava em patente louvor à Santíssima Virgem, e o confirma o Concílio Vaticano II, por outro, ressoa, para nós, como uma advertência para viver os mandamentos de Deus. É como que o eco de outras admoestações do divino Salvador – “nem todo aquele que me diz: Senhor! Senhor! Entrará no reino dos céus, mas o que faz a vontade de meu Pai que está nos céus” (Mt 7,2) e ainda, “vós sois meus amigos se fizerdes o que eu vos ordeno” (Jo 15,14).

Após o Papa afirmar que Maria pode ser tomada como modelo diante das conquistas e anseios dos homens e mulheres de nosso tempo, citando vários exemplos, conclui:

Desses exemplos transparece claramente, no entanto, que a figura da Virgem Santíssima não desilude algumas aspirações profundas dos homens do nosso tempo, e até lhes oferece o modelo acabado do discípulo do Senhor – obreiro da cidade terrena e temporal e, simultaneamente, peregrino solene também, em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o

³⁵ PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, nº 39.

oprimido e da caridade que socorre o necessitado, mas, sobretudo, testemunha operosa do amor que edifica Cristo nos corações.³⁶

Mais recentemente, 1987, temos a Carta Encíclica *Redemptoris Mater*³⁷ o Papa João Paulo II. Ele convida os católicos a se unirem aos ortodoxos para a celebração do 12º centenário do 2º Concílio de Nicéia e do milésimo aniversário do batismo de São Vladimir. Contudo, é na trilha do capítulo oitavo da *Lumen Gentium*, João Paulo II ressalta Maria no Mistério da Igreja, transparecendo uma explícita preocupação ecumênica.

A segunda parte da Carta Encíclica é intitulada: “A Mãe de Deus no Centro da Igreja que está a Caminho” e está dividida em três seções: “A Igreja, Povo de Deus presente em todas as nações da terra”; “a caminhada da Igreja e a unidade de todos os Cristãos” e, “O ‘Magnificat’ da Igreja que está a caminho”³⁸.

A caminhada da Igreja, especialmente em nossa época, está marcada pelo sinal do ecumenismo: os cristãos procuram os caminhos para reconstruir a unidade que Cristo invoca do Pai para os seus discípulos nas vésperas de sua paixão. Algo marcante na *Redemptoris Mater* é a temática da “presença” de Maria, seja enquanto um ato de Maria, seja enquanto os crentes se tornam presentes em Maria, em resposta à sua presença, por sua veneração e piedade. A mariologia de João Paulo II é fortemente soteriológica. Após o Concílio Vaticano II ele abandonou o termo “co-redentora”, mas sua reflexão volta sempre ao papel de Maria na obra da salvação, tema exaustivamente tratado na 3ª parte da *Redemptoris Mater*. Um outro aspecto que chama bastante atenção é a preocupação constante em embasar na Sagrada Escritura todas as afirmações mariológicas. O Papa procura fundamentar em textos do Novo Testamento, tanto em João como nos Sinóticos, temas como a maternidade espiritual e a mediação de Maria.

A Igreja sabe e ensina, com São Paulo, que um só é o nosso mediador: “Não há senão um só Deus e um só é também o mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus, que se entregou a si mesmo como resgate por todos” (1 Tim 2, 5-6). E a Constituição *Lumen Gentium*, afirma, “A função maternal de Maria para com os homens

³⁶ ³⁶ PAULO VI. Exortação Apostólica *Mariialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, nº 37.

³⁷ JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Redemptoris Mater*, sobre a Bem-Aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho. São Paulo: Loyola, 1987.

³⁸ *Ibidem*. n. 35-37.

de modo nenhum obscurece ou diminui esta única mediação de Cristo; mas até manifesta que a sua eficácia³⁹ é uma mediação em Cristo.

João Paulo II também recorre ao apóstolo São Paulo, pois será em Gálatas, 4,4, que ele faz sua primeira citação bíblica, como ocorre na primeira citação do capítulo oitavo da *Lumen Gentium*. João Paulo II, articula uma sólida teologia da história, descobrindo aqui o Cristo e sua mãe reunidos na missão redentora do Filho de Deus. João Paulo II enxerga no texto a entrada da eternidade no tempo, a união de Cristo e de Maria, a conclusão da aliança nova e eterna entre a liberdade de Deus no Verbo Encarnado e o da humanidade em Maria que, através de seu *Fiat*, prefigura a condição de esposa e de mãe que é a condição da Igreja. Esse momento da plenitude do tempo está no centro da história, afetando-a totalmente. Revela o desígnio eterno de Deus que abarca todos os tempos desde a Criação até a segunda Vinda do Senhor. O Papa quis colocar em relevo a presença única de Maria na história, particularmente no curso dos anos que precederam o ano de 2000.

Assim, vemos como João Paulo II se esforçou em repensar a mariologia, partindo dos grandes conceitos-chave de São Paulo: o Mistério, a plenitude do tempo, a obediência da fé, a Kénosis e a participação no mistério pascal. A unidade do Novo Testamento é vista de tal modo que os textos marianos clássicos de Lucas e João são relidos à luz de Paulo, numa clara perspectiva ecumênica. Em toda a encíclica perpassa a preocupação ecumênica do Papa que procura levar em conta a sensibilidade espiritual e a teologia das Igrejas da Reforma, da Igreja ortodoxa e de outras Igrejas orientais separadas de Roma.

Do impulso dado pelo Concílio Vaticano II para a promoção do culto mariano, tivemos, além da *Marialis Cultus* de Paulo VI, a Carta Encíclica do Papa João Paulo II, a *Redemptoris Mater* que acentua a presença de Maria na vida da Igreja como aquela que como peregrina, caminha junto com o povo de Deus. Na América Latina também, a Conferências gerais do Episcopado Latino-Americano.

³⁹ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja. São Paulo: Paulus, 2001. n. 60.

4.1 - Maria, nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano

Tendo comentado um pouco, as duas encíclicas, *Marialis Cultus* e *Redemptoris Mater* acerca da teologia mariana para toda a Igreja, caberia ainda uma palavra sobre a Mariologia na reflexão latino-americano:

A 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1968 em Medellín, essa que tratou da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II, não se preocupou em dar grandes avanços no desenvolvimento acerca da teologia mariana, isto em comparação com as outras Conferências Episcopais.⁴⁰

A 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1979 em Puebla, tratou da “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. O documento dedica nada menos que 22 parágrafos, a partir do título “Maria, Mãe e Modelo da Igreja”⁴¹. Deste modo, os bispos souberam assumir a reflexão mariológica do Concílio Vaticano II contextualizando-a em nosso continente.

A 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1992) em Santo Domingos, se caracterizou por uma reflexão sobre o ser e o agir da Igreja na tríplice tarefa da evangelização, da promoção humana e da enculturação do Evangelho. A inculturação é um dos temas-chave do documento que, em seu número 24 apresenta: “No rosto mestiço da Virgem se resume o grande princípio da inculturação: a íntima transformação dos autênticos valores culturais, mediante a integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas (cf. RM. n.52).⁴²

Na 5ª Conferência Latino-Americana e Caribenha, em 2007, em Aparecida, se abordou muito acerca da mariologia. De maneira resumida temos: Maria, Mãe de Jesus Cristo e de seus discípulos, tem estado muito perto do povo. Como mãe, perfeita discípula e pedagoga da evangelização, que nos ensine a ser filhos em seu Filho e a fazer o que Ele nos disser (cf. Jo 2,5).

O documento de Aparecida vincula Maria aos dogmas e à vida do ser humano:

A Virgem Maria é a imagem esplêndida da conformação ao projeto trinitário que se cumpre em Cristo. Desde a sua Concepção Imaculada até sua Assunção, recorda-nos que a beleza do ser humano está toda no vínculo do

⁴⁰ CELAM. Conclusões de Medellín. São Paulo: Paulinas, 1979.

⁴¹ CELAM. Documento de Puebla. São Paulo: Loyola, 1982.

⁴² CELAM. Documento de Santo Domingo. São Paulo: Loyola, 1992. N. 24.

amor com a Trindade, e que a plenitude de nossa liberdade está na resposta positiva que lhe damos.⁴³

4.2 - O diálogo continua

A teologia católica e o magistério eclesial certificam de que há enfoques bíblicamente coerentes para a Mariologia, dentro das coordenadas dogmáticas da Teologia da Graça, da Soteriologia e da Eclesiologia, mas sempre tendo Jesus Cristo como centro. Cristo é o autor da graça, redentor universal e único mediador entre Deus e a humanidade (cf. 1Tm 2,4-5; Hb 12, 2.24). Nas narrativas bíblicas, Maria representa a comunidade crente, fiel e discipular, expressando em sua pessoa as atitudes exemplares de fé, esperança e caridade. Podemos assim dizer que Maria é uma figura *protológica* em que se antevê a plenitude da graça: Maria anuncia, desde seu lugar no plano da salvação, o operar salvador de Deus para toda a humanidade, a começar da comunidade dos discípulos, onde ela mesma se insere (cf. Mc 3,33-35; At 1,14).

Diante desta reflexão, podemos afirmar que a compreensão bíblica abre caminho para o diálogo ecumênico acerca de Maria, pois, encontramos uma mariologia inserida no plano da salvação, uma mariologia que é iluminada pela cristologia, ou seja, é Cristo que ilumina Maria e não o contrário, assim afirma Maçaneiro: “Neste sentido também, vemos uma grande oportunidade para nós cristãos católicos, compreender verdadeiramente o ministério de Maria e seu lugar singular na fé da Igreja, pois, antes dela ser uma santa católica, Maria é, acima de tudo, uma mulher: crente, evangélica e discipular”.⁴⁴

Contudo, o principal problema do discurso católico sobre Maria é a disparidade entre o dado bíblico e a sua interpretação doutrinal, “ao longo da história da teologia, o princípio de conveniência serviu para inflacionar as prerrogativas mariais”,⁴⁵ a distância entre uma Maria escriturística e uma Maria doutrinal pode ser vencida por um enfoque cristocêntrico, vendo a manifestação do divino, no humano, realizar-se apenas por meio de Cristo, “Maria seria assim despojada de seus atributos cristotípicos”.⁴⁶

⁴³ CELAM. Documento de Aparecida. São Paulo: Loyola, 2007. n. 141.

⁴⁴ MAÇANEIRO, Marcial e outros. *Maria no coração da Igreja*, São Paulo: União Marista do Brasil / Paulinas, 2011. p. 144-145.

⁴⁵ KUNG, H. e outros. *Maria nas Igrejas*, Perspectivas de uma Mariologia ecumênica. Petrópolis: Vozes 1983. p. 88 [996].

⁴⁶ *Ibidem*. p. 88 [996].

Na medida em que olharmos Maria como aquela que se entregou totalmente a Deus, ou seja, que deu testemunho daquilo que também somos convidados por Cristo a fazer, poderemos sim, ver em Maria, um elo que une os cristãos, pois, não há duas graças, uma de Maria e outra nossa, não dois “Jesus”, um de Maria e outro nosso. Portanto, a graça é única para todos os cristãos, o Jesus é único para todos os cristãos, logo, Maria se torna aquela que nos precedeu em viver na graça e no seguimento de Jesus.

4.3 - Contribuição do Concílio para uma visão atual sobre Maria

Maria na *Lumen Gentium*, especificamente em seu capítulo oitavo, mostra-nos uma Maria totalmente ligada e dependente de Cristo e da Igreja, é mãe de Jesus na carne, mas também se torna mãe do Cristo no espírito. Maria é apresentada não como caminho, mas sim como seguidora primeira do verdadeiro caminho, é simultaneamente membro, mãe e *protótipo* da Igreja.

O documento amplia as características tanto bíblicas e teológicas de Maria. Fazendo um estudo da Bíblia, podemos perceber alguns enfoques marianos: o sim da anunciação, a maternidade biológica e a união com o Filho na Cruz. O Concílio descortina outros: companheira e servidora de Jesus (cf. LG 61), mulher que avança em peregrinação na fé de Caná até a cruz (cf. LG 58), exemplo de fé operante, mãe da comunidade cristã.

Os dogmas marianos e o culto a Maria, são iluminados pela Bíblia e pela categoria “História da Salvação”, onde não foi Maria que escolheu ser a mãe de Deus, mas foi o próprio Deus que a escolheu como mãe, sendo assim, o seu filho quis também encher sua mãe de tantos dons e graças. Podemos perceber essa questão, quando a *Lumen Gentium* a coloca no “Mistério de Cristo e da Igreja”, ou seja, tudo o que Maria representa, todos os dons que ela recebeu de Deus, não foi como um mérito ou talento para si, mas foram dons e virtudes que recebeu em função da sua obra de salvação, vivida, realizada e instaurada por Jesus.

A intenção do Concílio Vaticano II não encerra a reflexão sobre Maria num tratado hermético e nem pretende responder a tudo. Antes, estimula os teólogos a esclarecer e aprofundar os temas em fase de maturação, onde diz: “mantêm-se, porém em

seu direito as opiniões que nas escolas católicas se propõe livremente acerca daquela que na Santa Igreja ocupa o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós”.⁴⁷

Por fim, o Concílio Vaticano II foi um grande sopro do Espírito Santo, pois nos alertou sobre os equívocos dos extremos do minimalismo, que busca subtrair a presença de Maria do cotidiano dos católicos, e do maximalismo, pelo qual o devocionismo se afasta da centralidade de Jesus. O Concílio vaticano II, acerca da mariologia, buscou dizer que Maria sempre esteve, está e deverá permanecer em função do Plano de Salvação de Deus.

4.4 - Frutos do Concílio Vaticano II

A renovação da doutrina da teologia mariana não é exclusiva do capítulo VIII da *Lumen Getium*. Por isto devemos olhar para o Concílio Vaticano II num todo, para percebermos que a mariologia se articula com outras linhas, tais como:

A Bíblia como alma de toda a teologia (cf. DV 24),⁴⁸ a reforma da liturgia (cf. SC 106-111),⁴⁹ o diálogo com as questões contemporâneas e a leitura dos sinais dos tempos (cf. GS 4.40),⁵⁰ a articulação entre espiritualidade e estudo da teologia (cf. OT 4.8),⁵¹ a sensibilidade ecumênica e o trabalho conjunto com outras Igrejas (cf. UR 8-12),⁵² o método teológico que parte da bíblia, enrique-se com a patrística, reflete sobre os dogmas e atualiza a doutrina, comunicando-a de forma adequada na pastoral (cf. OT 16).⁵³

As manifestações devocionais necessitam ser renovadas para valorizar os elementos perenes e substituir os anacrônicos, incorporando os dados da reflexão teológica e do magistério. Deve-se fazer uma revisão dos exercícios de piedade mariana,

⁴⁷ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja. São Paulo: Paulus, 2001, n. 54.

⁴⁸ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁴⁹ _____ Constituição Dogmática *Sacrosanctum Concilium*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁵⁰ _____ Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁵¹ _____ Decreto *Optatam Totius*. In: Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁵² _____ Decreto *Unitatis Redintegratio*. In: Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁵³ Dicionário do Vaticano II, Afonso Murad, 1ª ed. São Paulo: Paulus/Paulinas. p. 587.

respeitando a sã tradição e estando abertos “para receber as legítimas instâncias dos homens de nosso tempo”⁵⁴ (MC 24).

À luz do Concílio Vaticano II, encontramos muitos frutos de renovação acerca do discurso mariano. O próprio Paulo VI, propõe três grandes critérios para esta renovação: *Cunho bíblico*; *Cunho litúrgico*; *Sensibilidade ecumênica*.

Tais critérios são abordados no verbete “Maria” do Dicionário do Concílio Vaticano II, por A. Murad:

Cunho bíblico, “faça-se diligente uso de textos e símbolos tirados da Escritura e que ‘as fórmulas de oração e os textos destinados ao canto assumam os termos e a inspiração da Bíblia’. Os exercícios de piedade mariana sejam organizados de tal maneira que condigam com a Sagrada Escritura, dela de alguma forma derivem e para encaminhem o povo”.⁵⁵

Cunho litúrgico, “as práticas devocionais devem considerar os tempos litúrgicos e orientar-se para a liturgia, como grande celebração da vida, morte e ressurreição de Jesus”.⁵⁶ Assim sendo, “evitem-se os extremos dos que desprezam os exercícios de piedade, criando um vazio, e dos que misturam exercício piedoso e ato litúrgico, em celebrações híbridas”.⁵⁷

Sensibilidade ecumênica, no culto a Maria refletem-se as preocupações da própria Igreja, como anseio pela unidade dos cristãos, “a piedade mariana tornar-se-á sensível aos apelos do movimento ecumênico e adquirirá também um caráter ecumênico”.⁵⁸ Assim, “sejam evitados, com todo cuidado, quaisquer exageros, que possam induzir em erros outros irmãos cristãos, acerca da verdadeira doutrina da Igreja Católica; e sejam banidas quaisquer manifestações culturais contrárias à correta prática católica”.⁵⁹

Portanto, o grande fruto do Concílio acerca da mariologia é o diálogo respeitoso, é o “abrir mão” um pouco de Maria, onde ela não é uma propriedade nossa, católicos,

⁵⁴ PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, n. 24.

⁵⁵ Dicionário do Vaticano II, Maritain Jacques, 1ª ed. São Paulo: Paulus/Paulinas, p. 587-588.

⁵⁶ Ibidem. p. 588.

⁵⁷ PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, n. 31.

⁵⁸ Dicionário do Vaticano II, 1ª ed. São Paulo: Paulus/Paulinas. p. 588.

⁵⁹ PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, sobre o Culto à Bem-Aventurada Virgem Maria. São Paulo: Paulinas, 1974, n. 32.

mas da humanidade, pois, Maria é aquela mulher que nos precede iluminando o povo peregrino de Deus, como sinal da esperança segura e do consolo.

4.5 - Temas mariológicos contemporâneos

São diversos os temas mariológicos que herdamos graças ao Concílio Vaticano II. Clodovis Boff, elenca alguns: “Maria e o Espírito Santo; Maria na religião popular; Maria e a libertação social; Maria e a evangelização; Maria e o feminino; Maria nas culturas; Maria e a ecologia; Maria e a ‘via da beleza’ (arte)”⁶⁰. Ainda que sejam temas dignos de aprofundamentos, queremos concluir nosso estudo sobre “Maria nas Igrejas. Uma leitura ecumênica da Mariologia do Concílio Vaticano II” com o tema de Maria à luz do Espírito Santo.

Em dois mistérios da vinda de Cristo ao mundo *encarnação* e do início da Igreja, em *pentecostes* emerge a presença de Maria, a mulher que responde à Revelação com uma fé exemplar. E em ambos os mistérios a mãe de Jesus aparece estreitamente unida ao Espírito Santo.

O autor de Fiores, descreve que Maria, é memória e ícone do Espírito:

O Espírito agiu em Maria na ordem biológica, mas também na ordem espiritual e carismática, ele deixou nela a sua marca. De lugar de ação, a Virgem se torna o seu ícone vivo, o seu sinal transparente, também o semblante com que ele nos olha, nos ama e nos acolhe. Desta íntima união do Espírito Santo com Maria deriva uma importante consequência. A característica pneumatológica é essencial a mariologia, porque sem o Espírito, Maria perde a sua identidade.⁶¹

A relação de Maria e o Espírito Santo é assunto que necessita muito estudo. Pois Maria já foi colocada ocupando um espaço não de direito, isto é, foi atribuída a ela adjetivos que são próprios do Espírito Santo. Por exemplo: medianeira, intercessora, advogada, auxiliadora e consoladora. Neste sentido que K. Coyle, nos alerta que certas prerrogativas precisam ser devolvidas ao Espírito Santo:

⁶⁰ BOFF, Clodovis. *Introdução à Mariologia*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.120 (grifo do autor).

⁶¹ FIORES, de Stefano. *Eis aí tua Mãe*. Trad. José Joaquim Sobral. São Paulo: Ave-Maria, 2009. p. 120.

Em uma teologia contemporânea da Trindade, as qualidades de santificação, intercessão e consolação atribuídas à imagem de Maria precisam ser devolvidas ao Espírito Santo, a força vital de nossa existência e do que nos tornamos, cuja realidade e atividade foram praticamente perdidas em grande parte da consciência teológica cristã.⁶²

Podemos entender a obra do Espírito nos corações humanos em vários círculos concêntricos. O mais íntimo é a obra do Espírito no coração de Jesus, santificando a natureza humana de Jesus para a unidade da pessoa em Cristo. Em função desta união, dá-se também a obra em Maria. Preparando nela a função maternal para gerar o Filho, Verbo do Pai.

Portanto, Maria, em hipótese alguma deve ser entendida com um “adorno”, mas ela é a imagem e início da Igreja que deve ser consumada no mundo vindouro. Maria é um membro exímio da Igreja, não foi apenas a Mãe de Deus, mas foi: discípula, crente, evangélica e peregrina na fé. Maria, junto à comunidade dos discípulos permanece no Cenáculo, para que a promessa do Consolador se consolide. Ela mantém-se unida aos discípulos na vivência da comunhão plena de sentido, para que a fé deles não desfaleça. Maria não oferece o ter, mas sim qualidade de ser. Ensina a arriscar-se na Palavra de Deus, a empenhar-se na salvação do povo, a cantar a ação divina na história, a contestar os prepotentes do mundo, a “nadar contra a correnteza” para defender a vida, e suportar por amor dores atroz, a intervir em favor dos necessitados, a viver em comunhão no âmbito familiar, eclesial e social. Tudo isto é testemunho pela Sagrada Escritura.

⁶² COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulus, 2015. p.194.

CONCLUSÃO

Durante todo este trabalho refletimos sobre a presença da “Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja” sintonizados com o capítulo VIII da *Lumen Gentium*, numa perspectiva ecumênica. Buscamos trazer à reflexão uma mariologia bíblica e o seu desenvolvimento após o Concílio do Vaticano II.

Vimos que na Sagrada Escritura há uma carência de informações históricas acerca de Maria. Contudo, tentamos trazer à reflexão que o interesse mariológico é qualitativo e não quantitativo. Mesmo sendo poucas as referências bíblicas sobre Maria, elas possibilitam-nos compreender que Maria é consciente da missão do Filho, participa dela e compartilha, profundamente, os objetivos e os fins, vivendo fielmente segundo os seus preceitos. Recebeu elogios do próprio filho, onde Jesus exclama: Bem-aventurada porque acreditou nas palavras de Deus (cf. L.c. 1,45).

Falar de Maria na Igreja é um tema complexo e delicado. Complexo porque por muito tempo, pelo simples fato da presença de duas linhas de reflexão, que são opostas, onde o *maximalismo* procura elevar muito Maria, por vezes o seu interesse excessivo colocou a Bem-aventurada num lugar central, ou seja, num lugar não pertencente a ela, por outro lado, o *minimalismo* rejeita senão totalmente, mas tira dela até mesmo as graças e dons que recebeu de Deus.

O Concílio Vaticano II evidencia a particular união de Maria à vida e aos mistérios da redenção de Cristo. Deus poderia escolher de muitas maneiras para encarnar-se, mas, sapientemente, quis ter uma mãe humana para ser em tudo semelhante a nós, exceto no pecado. Nasceu de Maria, ele santificou todos os momentos da vida humana desde a sua concepção. E, ao mesmo tempo, uniu Maria de maneira singular à sua obra salvífica. A *Lumen Gentium*, afirma:

Quis, porém, o Pai das misericórdias que a encarnação fosse precedida pela aceitação daquela que era predestinada a ser Mãe de seu Filho, para que, assim como a mulher contribui para a morte, a mulher também contribuisse para a vida. E isso de modo excelentíssimo vale para a Mãe de Jesus, a qual deu ao mundo a própria Vida, que tudo renova e foi por Deus enriquecida com dons dignos para tamanha função. (LG 56)

Por esta Constituição dogmática, o Concílio Vaticano II buscou evidenciar a função de Maria na obra de redenção do Filho, da qual sempre partilhou os ideais e o

amor. Afirma também que Jesus, mediante o seu sacrifício, é o único e universal mediador dessa salvação. Contudo, Maria, unida estreitamente a Cristo, por obra do Espírito Santo, contribui ao nosso nascimento espiritual com a sua oração e a sua virtude, por um especial desígnio divino, como nossa mãe na ordem da graça.

A mariologia ecumênica está num desenvolvimento constante. Constatamos que desde o Concílio Vaticano II já se produziram muitos frutos. Maria é colocada na ordem da graça, é colocada na história da Salvação, assim como foi ela escolhida por Deus em ser a sua porta de entrada no seio da humanidade, pode também ser para todo cristão aquela que nos indica o caminho, que nos aponta para o Sumo Bem, donde emerge todas as graças e dons de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

Constituições Dogmáticas e decreto

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____ Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____ Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____ Decreto *Optatam Totius*. In: Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____ Constituição Dogmática *Sacrosanctum Concilium*. In Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____ Decreto *Unitatis Redintegratio*. In: Documentos do Concílio Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

Exortações Apostólicas

PAULO VI. Exortação Apostólica *Marialis Cultus*. In. Documentos de Paulo VI. São Paulo: Paulus, 1997.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Redemptoris Mater*, sobre a Bem-Aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho. São Paulo: Loyola, 1987.

Documentos de Conferências Episcopais

CELAM. Conclusões de Medellín. São Paulo: Paulinas, 1979.

CELAM. Documento de Puebla. São Paulo: Loyola, 1982.

CELAM. Documento de Santo Domingo. São Paulo: Loyola, 1992.

CELAM. Documento de Aparecida. São Paulo: Loyola, 2007.

Dicionário

Dicionário do Vaticano II. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015.

Livros

- BALTHASAR, Von, *Maria para hoje*. São Paulo: Paulus, 2016.
- BARAÚNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- BAUM, W. “A Virgem Maria na Formação Intelectual e Espiritual”, in SEDOC. Vol. 21, jan./fev. 1989, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- BEA, A. “Accord de la doctrine et de lá piété mariales avec L’esprit oecuménique”, in: Maria (Du Manoir) t. VII, Paris Beauchesne, 1964.
- BOFF Clodovis. *Introdução à Mariologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BROWN, R. E. *Maria no Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. São Paulo: Paulus, 2015.
- FIORES, Stefano. *Eis aí tua Mãe*. São Paulo: Ave-Maria, 2009.
- KUNG, H. e outros. *Maria nas Igrejas, perspectivas de uma Mariologia ecumênica*. Petrópolis: Vozes 1983.
- LAURENTIN, Koehler E Outros. *Nossa Senhora na Lumen Gentium*. São Paulo: Paulinas, 1969.
- LEAHY, Brendan. *O Princípio Mariano na Igreja*. São Paulo: Cidade Nova, 2005.
- MAÇANEIRO, Marcial e outros. *Maria no coração da Igreja*, São Paulo: União Marista do Brasil / Paulinas, 2011.
- MCKENZIE, J. *Maria nas Igrejas*. Concillium 188-1983/8, Ed. Vozes, Petrópolis RJ, 1983.
- MURAD, Afonso Tadeu. *Maria Toda de Deus e tão humana: Compêndio de Mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.
- MUSSNER, F. Pie. *Mutter Jesu im Neuen Testament*. Regensbur, Alemanha, 1984.
- SÓLI, G. *Handbuck der Dogmengeschichte. Mariologie* Freiburg i.Br. 1978.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVAREZ, Rodrigo. *Maria*. São Paulo: Globo livros, 2016.

BOFF, Leonardo. *O rosto materno de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BONATTI, Mario. *Maria, mãe dos cristãos*. São Paulo: Loyola, 2006.

BUCKER, Barbara e outros. *Maria e a Trindade*. São Paulo: Paulus, 2008.

DENZINGER. H. *Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2013.

GAUDIO, Del Daniela. *Maria de Nazaré, Breve Tratado de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 2016.

GUIMARÃES, Valdovino. *Maria, na liturgia e na piedade popular*. São Paulo: Paulus, 2017.

REIMER, Ivone. *Maria, Jesus e Paulo com as mulheres*. São Paulo: Paulus, 2013.